

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Relatório de revisão do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2026

Ref.: Relatório nº 269B2-019-PB



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias	3
Demonstrações contábeis intermediárias	5
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2026	12

Relatório sobre a revisão das demonstrações contábeis intermediárias

**Grant Thornton Auditores
Independentes Ltda.**

Av. Braz Olaia Acosta, 727 - sala 2101
21º Andar - Jardim Califórnia
Ribeirão Preto - SP, Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administradores da
Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.
Primavera do Leste – MT

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A. (Companhia) em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 11 de setembro de 2026.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.630	6.232
Aplicações financeiras vinculadas	7	5.153	5.255
Operações a Receber	8	4.695	3.061
Adiantamento a fornecedor	9	-	2.460
Despesas antecipadas		498	286
Outras contas a receber	10	1.157	951
Total do ativo circulante		14.133	18.245
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	13	2.234	3.071
Investimentos		2	2
Imobilizado	11	3.106	3.537
Intangível	12	1.365	1.392
Intangível em operação	12	236.506	194.356
Total do ativo não circulante		243.213	202.358
Total do ativo		257.346	220.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante			
Fornecedores	14	46.156	9.726
Empréstimos e financiamentos	15	-	23
Debêntures	16	2.032	422
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	-	1.291	836
Obrigações fiscais	-	1.272	604
Outros passivos	17	977	468
Total do passivo circulante		51.728	12.079
Passivo não circulante			
Debêntures	16	102.133	100.052
Fornecedores	14	1.973	1.643
Provisão para contingências	18	289	289
Total do passivo não circulante		104.395	101.984
Patrimônio líquido			
Capital social	19	131.117	131.117
Prejuízo acumulado		(29.894)	(24.577)
Total do patrimônio líquido		101.223	106.540
Total do passivo e do patrimônio líquido		257.346	220.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações do resultado
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Receita operacional líquida	20	26.017	24.086
Receitas com construção e infraestrutura	20	46.127	14.551
Custos com construção e infraestrutura	21	(46.127)	(14.551)
Custos dos serviços prestados	21	(13.452)	(9.416)
Resultado bruto		12.565	14.670
Despesas gerais e administrativas	21	(8.827)	(8.335)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		3.738	6.335
Receitas financeiras	22	444	574
Despesas financeiras	22	(8.661)	(7.416)
Resultado financeiro líquido	22	(8.217)	(6.842)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(4.479)	(507)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	13	(838)	(838)
Prejuízo líquido do período		(5.317)	(1.345)
Resultado por ação - básico e diluído	23	(0,04)	(0,02)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo líquido do período	(5.317)	(1.345)
	-	-
Resultados abrangentes do período	(5.317)	(1.345)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento futuro aumento capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2025	68.266	-	(21.698)	46.568
Adiantamento futuro aumento de capital	-	12.450	-	12.450
Prejuízo do período	-	-	(1.345)	(1.345)
Saldos em 30 de junho 2025	68.266	12.450	(23.043)	57.673
Saldos em 1º de janeiro de 2026	131.117	-	(24.577)	106.540
Prejuízo do período	-	-	(5.317)	(5.317)
Saldos em 30 de junho 2026	131.117	-	(29.894)	101.223

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	30/06/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos		(4.479)	(507)
Ajustes:			
Depreciação	21	599	552
Amortização	21	4.004	529
Juros debêntures	16	7.734	7.025
Custos de transação com empréstimos e financiamentos	15	19	-
Variações dos ativos e passivos operacionais	-		
Operações a receber		(1.634)	(1.930)
Despesas antecipadas		(212)	(328)
Adiantamento a fornecedor		2.460	-
Outras contas a receber		(206)	(249)
Fornecedores		36.760	3.352
Obrigações trabalhistas e sociais		455	244
Obrigações fiscais		668	381
Outros passivos		509	403
Juros e encargos financiamento pago		(20)	(97)
Juros e encargos das debêntures pagos		(4.140)	(3.942)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		42.516	5.433
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	11	(168)	(83)
Intangível em operação	12	(46.127)	(23.265)
Aplicações financeiras vinculadas	7	102	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(46.193)	(23.348)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento futuro aumento de capital		-	12.450
Amortização dos empréstimos	15	(23)	(97)
Amortização das debêntures	16	(42)	(74)
Custos de transação com debêntures	16	139	139
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		75	12.439
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(3.602)	(5.476)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-	6.232	14.824
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-	2.630	9.348
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(3.602)	(5.476)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas		
Prestação de serviços	28.472	26.354
Receitas dos serviços de construção	46.127	14.551
Outras receitas	9	13
Total	74.608	40.918
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(7.401)	(8.192)
Custos dos serviços de construção	(46.127)	(14.551)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.137)	(2.646)
Outros	(1.052)	(827)
Total	(57.717)	(26.216)
Valor adicionado bruto	16.891	14.702
Depreciações e amortizações	(4.603)	(1.081)
Valor adicionado líquido produzido	12.288	13.621
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	444	574
Total	444	574
Valor adicionado total a distribuir	12.732	14.195
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal, e encargos		
Remuneração direta	3.198	2.745
Benefícios	1.550	1.209
FGTS	229	208
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	2.663	2.463
Estaduais	22	15
Municipais	1.437	1.330
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	8.212	6.951
Aluguéis	738	619
Remuneração de capitais próprios		
Prejuízo do líquido do período	(5.317)	(1.345)
Total	12.732	14.195

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovias Rota dos Grãos S.A. (Companhia) é uma Sociedade Anônima de capital fechado, com sede na Avenida Paraná, nº 715, Cidade Primavera II, Primavera do Leste – Mato Grosso – MT, que foi constituída em 23 de março de 2021.

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 004/2020 (Edital), a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária do Trecho do Lote III – Primavera do Leste: MT 130, Entroncamento BR 070 (B) – Entroncamento MT 020, no Estado de Mato Grosso, conforme Edital de Concorrência Pública nº 004/2020, emitido pelo Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (Sinfra/MT ou Poder Concedente), na qualidade de concessionária.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada;
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado;

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Sinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em quatro frentes:

- Frente de trabalhos iniciais, recuperação e manutenção;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço;
- Frente de conservação;
- Frente de serviços operacionais;

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 1.038, os quais foram pagos à vista e foram registrados no ativo intangível (Nota Explicativa nº 12).

Perspectivas para 2026

Buscando a inovação tecnológica, garantias de cobrança justa e proporcional ao trecho efetivamente percorrido pelos usuários, a Concessionária está em processo administrativo, e em fase de negociação contratual junto ao Poder Concedente de alteração do modelo de cobrança de Praças de Pedágios por Pedágio Eletrônico (Free Flow) com implantações de Pórticos ao longo da Rodovia.

Já se encontram instalados os Pórticos e estamos na fase de teste, contrato assinado e aguardando a liberação do poder Concedente.

Conforme estabelecido no contrato, a Concessionária se encontra em um processo de Revisão Ordinária de Contrato, no qual apresentou ao Poder Concedente itens que necessitam de revisão e reequilíbrio contratual, e atualmente está em negociações contratuais.

Situação financeira e gestão de liquidez

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava ativo circulante de R\$ 14.133 e passivo circulante de R\$ 51.728, resultando em capital circulante líquido negativo de R\$ 37.595, comparado ao capital circulante líquido positivo de R\$ 6.166 em 31 de dezembro de 2025. O índice de liquidez corrente correspondia a 0,27 em 30 de junho de 2026, comparado a 1,51 em 31 de dezembro de 2025.

A redução do capital circulante líquido decorreu, principalmente, do aumento do saldo de fornecedores relacionados às obras de recuperação, manutenção e melhoria da infraestrutura rodoviária previstas no Programa de Exploração da Rodovia. O saldo de fornecedores classificado no passivo circulante passou de R\$ 9.726 em 31 de dezembro de 2025 para R\$ 46.156 em 30 de junho de 2026.

A Companhia atua na exploração de concessão rodoviária, atividade caracterizada pela realização de investimentos relevantes em infraestrutura, cuja recuperação ocorre ao longo do prazo da concessão por meio da arrecadação de tarifas de pedágio. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, foram realizados investimentos de R\$ 46.295 em ativos imobilizados e intangíveis, substancialmente relacionados às obrigações previstas no contrato de concessão.

No mesmo período, a Companhia apresentou geração líquida de caixa nas atividades operacionais de R\$ 42.498. Essa geração foi influenciada, principalmente, pelo aumento de R\$ 36.760 no saldo de fornecedores decorrente das obras em execução. Dessa forma, a Administração considera, em sua avaliação de liquidez, o cronograma de vencimento das obrigações com fornecedores, os desembolsos previstos para execução das obras e a geração futura de caixa decorrente da arrecadação de pedágio.

Em 30 de junho de 2026, o caixa e os equivalentes de caixa totalizavam R\$ 2.630, enquanto as aplicações financeiras vinculadas às debêntures totalizavam R\$ 5.153. Tais aplicações possuem utilização restrita ao pagamento do serviço da dívida e, portanto, não estão integralmente disponíveis para o pagamento das demais obrigações operacionais.

A Administração monitora continuamente as projeções de fluxo de caixa, os prazos de pagamento dos fornecedores, o cronograma de investimentos, o serviço da dívida e a arrecadação de pedágio. Adicionalmente, a Administração avalia a adoção de medidas destinadas ao equilíbrio da estrutura financeira de curto prazo, incluindo renegociação dos prazos com fornecedores, aportes de capital pelos acionistas, acesso a novas linhas de financiamento e/ou outras medidas efetivamente aprovadas.

Com base nas projeções de fluxo de caixa elaboradas para, no mínimo, os doze meses subsequentes à data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis intermediárias, considerando a geração operacional prevista, o cronograma de liquidação dos fornecedores e as fontes adicionais de recursos formalmente disponíveis, a Administração entende que a Companhia possui capacidade para cumprir suas obrigações nos respectivos vencimentos e manter a continuidade normal de suas operações.

Consequentemente, estas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A base de elaboração das demonstrações contábeis intermediárias é o custo histórico, exceto quando indicado de outra forma nas práticas contábeis descritas nas notas explicativas, em conformidade com os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em conformidade com a OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e as políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, autorizadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2026, e devem ser lidas em conjunto com essas demonstrações. As informações constantes das notas explicativas que não sofreram alterações significativas em comparação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 não foram repetidas integralmente nestas demonstrações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos no período e possibilitar o entendimento das mudanças na posição patrimonial e financeira e no desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A emissão destas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela administração da Companhia em 11 de setembro de 2026.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias requer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas são revisadas periodicamente pela administração, e os efeitos das alterações são reconhecidos no período da revisão e nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- A determinação da vida útil e recuperabilidade do imobilizado e do ativo intangível, incluindo testes de *impairment*;
- A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos, com base em projeções de lucros tributáveis futuros;
- A constituição de provisões para riscos processuais, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios;
- A mensuração e reconhecimento de ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme ICPC 01;
- A estimativa de provisão para manutenção e recomposição da infraestrutura rodoviária, considerando os níveis de serviço exigidos contratualmente;
- A mensuração de receitas de construção e infraestrutura, com base no estágio de execução dos serviços;
- A projeção de receitas futuras de pedágio, considerando estimativas de tráfego e elasticidade de demanda;
- A mensuração de passivos contratuais e regulatórios, como o ônus de fiscalização e obrigações com o Poder Concedente.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Na elaboração destas demonstrações contábeis intermediárias, a Companhia considerou as normas, alterações e interpretações vigentes para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A adoção desses pronunciamentos não produziu impactos materiais sobre as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma, alteração ou interpretação emitida, mas ainda não vigente.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

A partir de 1º de janeiro de 2025, o CPC incorporou mudanças relacionadas à falta de convertibilidade de moedas, conforme atualização do IASB. As alterações definem como avaliar se uma moeda é conversível, como determinar a taxa de câmbio quando não houver convertibilidade e exigem divulgações sobre impactos dessa situação no desempenho, posição financeira e fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) e ICPC 09

Em setembro de 2024, o CPC atualizou normas para alinhar práticas brasileiras às internacionais, permitindo a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) em investimentos em controladas nas demonstrações contábeis intermediárias, prática já aceita nas demonstrações separadas pelo IASB. As mudanças entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não geraram impactos materiais nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

OCPC 10 – Créditos de carbono e descarbonização

Orienta o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono e instrumentos de descarbonização, incluindo passivos associados a metas de redução de emissões. A adoção obrigatória está definida para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025, embora já vigente, é apresentado para fins informativos. A Companhia atualmente não detém créditos de carbono, permissões de emissão ou CBIOS, e, portanto, não há efeitos nas demonstrações contábeis intermediárias. Caso venha a realizar tais operações, aplicará prospectivamente os critérios estabelecidos.

5. Normas e leis tributárias emitidas, mas ainda não vigentes

A Companhia monitorou as normas e legislações tributárias emitidas, mas ainda não vigentes, que podem afetar suas demonstrações contábeis intermediárias em períodos futuros. As principais normas e leis identificadas são:

- **Lei nº 14.789/2023/MP 1.185/2023**

Normas que alteram a tributação de subvenções governamentais, a dedutibilidade de incentivos e o tratamento de créditos tributários. A aplicação futura depende de regulamentação adicional, e os impactos ainda estão sendo avaliados.

- **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) (substituição do PIS/Cofins)**

Entrada em vigor prevista para 2027, condicionada à regulamentação. A Companhia informa que não é possível estimar os impactos até que as regras estejam definidas.

- **Pilar Dois – GloBE / Lei nº 15.079/2024**

Implementa a tributação mínima global de 15%, via Adicional da CSLL, para grupos multinacionais. A Companhia afirma que, embora já promulgada, parte da regra depende de detalhamento complementar e que não são esperados impactos materiais.

A Companhia reforça que não adotou antecipadamente nenhuma das normas acima e não identificou normas IFRS/IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impactos materiais nas demonstrações.

- **CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis**

O CPC 51 – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, correlato à IFRS 18 – estabelece novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, com destaque para a estrutura da demonstração do resultado, a apresentação de subtotais definidos, a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos critérios para agregação e desagregação das informações.

O pronunciamento será aplicável aos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida sua adoção antecipada. A Companhia não adotou antecipadamente o pronunciamento e está avaliando os possíveis impactos de sua aplicação sobre a apresentação e a divulgação de suas demonstrações contábeis.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa	1.063	988
Saldos bancários	1.548	5.205
Aplicações financeiras - Contas vinculadas (a)	19	39
Total	2.630	6.232

(a) As aplicações financeiras correspondem a CDBs. As aplicações em CDBs com modalidade pós – DI empresarial com remuneração controlada entre 96% e 100% do CDI (96% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

7. Aplicações financeiras vinculadas

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações financeiras vinculadas	5.153	5.255
Total	5.153	5.255

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui R\$ 5.153 (R\$ 5.255 em 31 de dezembro de 2025) em aplicações financeiras vinculadas às debêntures, mantidas na conta pagamento serviço da dívida, conforme previsto na Escritura de Emissão.

Essas aplicações correspondem a CDBs pós-fixados, remunerados entre 99% e 100% do CDI (99% e 100% do CDI em 31 de dezembro de 2025), cuja movimentação é restrita e ocorre exclusivamente para atender ao pagamento do serviço da dívida, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária.

A Escritura não estabelece a manutenção de saldo mínimo ou exigência de constituição de reserva de longo prazo, de modo que o montante vinculado varia conforme os desembolsos realizados para pagamento de juros e amortizações das debêntures ao longo do tempo.

Nos termos da cláusula 8.1 da Escritura de Emissão, a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. foi nomeada agente fiduciário.

8. Operações a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Pedágio eletrônico a receber	4.500	2.864
Vale pedágio a receber	8	8
Cartões de crédito a receber	187	189
Total	4.695	3.061

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 30 de junho de 2026, a administração da Companhia entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperada sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 30 de junho de 2026, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias.

9. Adiantamento a fornecedor

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento a fornecedor (a)	-	2.460
Total	-	2.460

(a) Corresponde a adiantamentos a fornecedores para implantação de pedágio eletrônico *Free Flow*.

10. Outras contas a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamento a fornecedores	180	157
Caução	64	62
Tributos retidos na fonte	766	694
Outras contas	147	38
Total	1.157	951

11. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos				Depreciação				Líquido	Líquido
		Saldos			Baixas	Saldos			Baixas	Saldos	
		31/12/2025	Adições			30/06/2026	31/12/2025	Adições			30/06/2026
Imobilizado da administração	10%	2.600	28	-	2.628	(965)	(131)	-	(1.096)	1.532	1.635
Computadores e periféricos	20%	1.694	84	-	1.778	(1.172)	(172)	-	(1.344)	434	522
Veículos	20%	2.666	-	-	2.666	(1.927)	(279)	-	(2.206)	460	739
Instalações, prédios e benfeitorias	4%	760	56	-	816	(119)	(17)	-	(136)	680	641
Total	-	7.720	168	-	7.888	(4.183)	(599)	-	(4.782)	3.106	3.537

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos				Depreciação				Líquido	Líquido
		Saldos			Baixas	Saldos			Baixas	Saldos	
		31/12/2024	Adições			31/12/2025	31/12/2024	Adições			31/12/2025
Imobilizado da administração	10%	2.486	120	(6)	2.600	(712)	(254)	1	(965)	1.635	1.774
Computadores e periféricos	20%	1.522	175	(3)	1.694	(851)	(322)	1	(1.172)	522	671
Veículos	20%	2.456	210	-	2.666	(1.400)	(527)	-	(1.927)	739	1.056
Instalações, prédios e benfeitorias	4%	726	34	-	760	(89)	(30)	-	(119)	641	637
Total	-	7.190	539	(9)	7.720	(3.052)	(1.133)	2	(4.183)	3.537	4.138

12. Intangível

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Amortização			Líquido	
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Adições	Baixas	Saldos
		31/12/2025			30/06/2026				30/06/2026
Intangível em operação (i)	3,49%	208.203	46.127	-	254.330	(13.847)	(3.977)	-	(17.824)
Licenças de uso de softwares	3,33%	541	-	-	541	(70)	(18)	-	(88)
Direito de outorga concessão (i)	3,49%	1.038	-	-	1.038	(117)	(9)	-	(126)
Total		209.782	46.127	-	255.909	(14.034)	(4.004)	-	(18.038)

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos			Amortização			Líquido	
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Adições	Baixas	Saldos
		31/12/2024			31/12/2025				31/12/2025
Intangível em operação	3,49%	131.246	76.957	-	208.203	(10.073)	(3.774)	-	(13.847)
Licenças de uso de softwares	3,33%	541	-	-	541	(52)	(18)	-	(70)
Direito de outorga concessão (i)	3,49%	1.038	-	-	1.038	(81)	(36)	-	(117)
Total		132.825	76.957	-	209.782	(10.206)	(3.828)	-	(14.034)

(i) A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio se iniciou em 14 de outubro 2022 após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

O direito de outorga, no valor total de R\$ 1.038, foi pago à vista.

13. Ativos fiscais diferidos

Em 30 de junho de 2026, a Companhia mantém ativo fiscal diferido exclusivamente sobre diferenças temporárias dedutíveis relacionadas a despesas pré-operacionais, cujo benefício fiscal se realiza por amortização em 60 meses a partir do início da operação do início do pedágio (outubro/2022). No período houve a realização de R\$ 838.

	Saldo em 30/06/2026	Saldo em 31/12/2025
Prejuízo fiscal e base negativa (pré-operacional)	2.234	3.071

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo do período	(4.479)	(507)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.523)	(172)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Diferenças permanentes adições/exclusões	1.523	172
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(838)	(838)
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido	-	-
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e, consequentemente, não reconheceu despesa de imposto de renda e contribuição social correntes. A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos, no montante de R\$ 838, decorre da realização do ativo fiscal diferido anteriormente constituído sobre diferenças temporárias dedutíveis relacionadas às despesas pré-operacionais, cuja dedutibilidade fiscal ocorre pelo prazo de 60 meses a partir do início da operação das praças de pedágio, ocorrido em outubro de 2022.

14. Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores nacionais (i)	48.129	11.369
Total	48.129	11.369
Circulante	46.156	9.726
Não circulante	1.973	1.643

Abertura dos pagamentos de fornecedores classificados no não circulante:

Ano de vencimento	30/06/2026	31/12/2025
2028	1.973	1.643
Total	1.973	1.643

(i) Valores em decorrência das obras em execução no período da recuperação do pavimento em atendimento ao PER.

15. Empréstimos e financiamentos

Nº Contrato	Tipo	Banco	Encargos financeiros	Data início e vencimento	Saldo 30/06/2026	Saldo 31/12/2025
14546034-1	C.C.B.	Banco Itaucard S.A.	16,0754% a.a.	06/12/2021 - 02/02/2026	-	27
29901745-9	C.C.B.	Banco Itaucard S.A.	16,0754% a.a.	17/12/2021 - 14/02/2026	-	15
(-) Custo de transação a amortizar					-	(19)
Total					-	23
Circulante					-	23
Não circulante					-	-

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	23	173
Pagamento de principal	(22)	(76)
Pagamento de juros	(20)	(97)
Custo de transação amortizar	19	-
Saldo final	-	23

16. Debêntures

Estão representados por:

Nº Contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em	Saldo em
						30/06/2026	31/12/2025
C.V.M. 476	Debêntures	Santander (Brasil) S.A.	IPCA + 8,0912% a.a.	03/01/2022	15/12/2038	106.883	103.331
(-) Custo de transação a amortizar						(2.718)	(2.857)
Total						104.165	100.474
Circulante							422
Não circulante							100.052

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante:

Ano de vencimento	30/06/2026	31/12/2025
2027	1.350	2.625
De 2028 a 2038	100.783	97.427
Total	102.133	100.052

Amortização das Debêntures

A amortização do principal das debêntures segue o cronograma estabelecido na Escritura de Emissão, composto por parcelas semestrais com percentuais reduzidos nos exercícios de 2025 e 2026, conforme previsto no cronograma contratual de amortização

Em razão desses percentuais pouco significativos – inferiores a 0,10% do saldo atualizado em cada uma das datas de pagamento de 2025 e 2026 – o montante classificado no passivo circulante em 30 de junho de 2026 reflete apenas as amortizações programadas para os doze meses subsequentes, resultando em valor reduzido frente ao saldo total da emissão.

O saldo remanescente das debêntures permanece classificado no passivo não circulante, sendo amortizado gradualmente até o vencimento final em 2038, conforme o cronograma previsto na Escritura de Emissão.

Movimentação das debêntures:

	30/06/2026	30/06/2025
Saldo inicial	100.474	95.984
Atualização juros	7.734	7.025
Pagamento de juros	(4.140)	(3.942)
Pagamento de principal	(42)	(74)
Custo de transação	139	139
Saldo final	104.165	99.132

Emissão de Debêntures – Mercado de Capitais

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia realizou captação de recursos no mercado de capitais local por meio da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476 e da Lei nº 12.431/2011.

A emissão foi realizada em série única, no montante total de R\$ 96.000.000, sob regime de garantia firme de colocação, e teve como finalidade exclusiva o financiamento e/ou reembolso de gastos vinculados ao Projeto de Concessão da Rodovia MT-130, conforme previsto na Escritura de Emissão e na legislação aplicável

As debêntures contam com garantias reais e fidejussórias, incluindo:

- **Alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias de emissão da Companhia**, representando a totalidade do capital social, e abrangendo automaticamente quaisquer novas ações emitidas, bonificações ou valores mobiliários a elas vinculados;
- **Cessão fiduciária de direitos creditórios** relacionados aos rendimentos das ações e demais proventos distribuídos aos acionistas;
- Outras obrigações acessórias previstas nos Contratos de Garantia, que incluem reforço de garantia, manutenção das condições pactuadas e prevalência cumulativa das garantias até a liquidação integral das obrigações.

As garantias são válidas e eficazes até o integral cumprimento das obrigações das debêntures, incluindo principal, remuneração, atualização monetária pelo IPCA, encargos moratórios, custos do agente fiduciário e demais despesas previstas contratualmente. A excussão das garantias poderá ocorrer de forma integral ou parcial, conforme deliberação dos debenturistas, sem ordem de prioridade, até a satisfação de todas as obrigações previstas na Escritura de Emissão.

A emissão prevê cláusulas de vencimento antecipado, incluindo hipóteses de descumprimento contratual, constituição de ônus sobre os bens garantidos, não atendimento a obrigações financeiras e situações previstas na Escritura de Emissão e Contratos de Garantia.

A alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da Companhia constitui garantia real e não altera a natureza de instrumento de dívida da emissão, uma vez que não confere aos debenturistas direitos de propriedade, controle ou participação residual no patrimônio da Companhia, sendo exercível somente em caso de inadimplemento e para fins de execução da garantia, limitando-se a obrigações contratuais e operacionais típicas de debêntures estruturadas, conforme previsto na Escritura de Emissão.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia estava em conformidade com todas as obrigações, covenants e condições previstas na escritura de emissão e nos contratos de garantia, não havendo inadimplementos ou eventos de vencimento antecipado registrados até a presente data.

17. Outros passivos

	30/06/2026	31/12/2025
Obrigações contratuais (i)	290	245
Seguros a pagar	466	3
Aluguéis a pagar	48	64
Outros passivos	173	156
Total	977	468

(i) O valor refere-se ao ônus de fiscalização, apurado trimestralmente à alíquota de 2% sobre a receita de pedágio e recolhido ao Poder Concedente no último dia útil do mês subsequente.

18. Provisão para riscos processuais

A Companhia é parte integrante em demandas judiciais, para as quais a Administração apoiada pela opinião de seus consultores jurídicos entende que a materialização é possível de perda, mas não provável no valor de R\$ 1.066 em ações civis (R\$ 1.066 em 31 de dezembro de 2025, ações civis) A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, revisa anualmente a expectativa de desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade de reconhecimento de provisões para riscos processuais. Adicionalmente, a Administração monitora, ao longo do exercício, eventuais alterações relevantes na situação dos processos.

Em 30 de junho de 2026, a provisão para riscos processuais totalizava R\$ 289, referente a ações cíveis, mesmo montante registrado em 31 de dezembro de 2025. A provisão refere-se a processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2024, não havia provisão constituída.

A Companhia também é parte em demandas judiciais cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos. Em 30 de junho de 2026, o montante dessas demandas era de R\$ 1.066, referente a ações cíveis, mesmo valor divulgado em 31 de dezembro de 2025. Para essas demandas, nenhuma provisão foi constituída.

A Administração não identificou, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, fatos ou circunstâncias que indicassem alteração relevante nas avaliações realizadas em 31 de dezembro de 2025.

19. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de junho de 2026, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 131.117, totalmente integralizado e representado por 131.117 ações ordinárias.

Em 10 de outubro de 2025 e 23 de dezembro de 2025, houve aumento de capital, no montante de R\$ 29.269 e R\$ 33.582 respectivamente. O aumento de capital foi realizado pelos acionistas Construtora Kamilos e Terracom Concessões e Participações.

Acionista	Ações em 30/06/2026			
	Subscritas	Integralizadas	A Integralizar	Partic. %
Construtora Kamilos Ltda.	59.886.959	59.886.959	-	45,6743%
Terracom Concessões e Participações	59.886.959	59.886.959	-	45,6743%
Vale do Rio Novo Eng. e Construções	11.343.500	11.343.500	-	8,6514%
Total	131.117.418	131.117.418	-	100%

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia já era de R\$ 131.117, totalmente integralizado e estava representado por 131.117 ações ordinárias.

Acionista	Ações em 31/12/2025			
	Subscritas	Integralizadas	A Integralizar	Partic. %
Construtora Kamilos Ltda.	59.886.959	59.886.959	-	45,6743%
Terracom Concessões e Participações	59.886.959	59.886.959	-	45,6743%
Vale do Rio Novo Eng. e Construções	11.343.500	11.343.500	-	8,6514%
Total	131.117.418	131.117.418	-	100%

20. Receita operacional líquida

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de pedágio	28.472	26.354
Outras Receitas	9	13
(-) ISS	(1.424)	(1.318)
(-) PIS	(185)	(172)
(-) Cofins	(854)	(791)
(-) PIS – outras receitas	(0)	(0)
(-) Cofins – outras receitas	(1)	(0)
Receita operacional líquida	26.017	24.086
Receitas com construção e infraestrutura	46.127	14.551
Total	72.144	38.637

Em 14 de outubro de 2022 se deu o início das operações nas praças de pedágio, que dão origem a receita operacionais da Companhia.

De acordo com ICPC 01, a Companhia contabilizou no período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025 os valores de R\$ 46.127 e R\$ 14.551, respectivamente, referente a receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, vide Nota Explicativa número 21.

21. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

Custos dos serviços prestados	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal	(3.326)	(2.810)
Serviços de terceiros	(2.828)	(3.047)
Seguros e garantias	(244)	(257)
Custos contratuais da concessão	(1.257)	(1.067)
Materiais/equipamentos/veículos	(1.506)	(1.506)
Depreciação/amortização (i)	(3.976)	(502)
Outros	(315)	(227)
Custos dos serviços prestados	(13.452)	(9.416)
Custos com construção e infraestrutura	(46.127)	(14.551)
Total	(59.579)	(23.967)

Despesas gerais e administrativas	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal	(2.410)	(1.983)
Serviços de terceiros	(2.956)	(3.714)
Materiais/equipamentos/veículos	(1.252)	(1.107)
Depreciação e amortização	(627)	(579)
Outros	(1.582)	(952)
Total	(8.827)	(8.335)

(i) A variação no montante de amortização reconhecido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2025 decorre de ajustes efetuados na parametrização do cálculo, que passou a considerar a data de entrada de cada ativo em operação como termo inicial da amortização.

22. Resultado financeiro líquido

	30/06/2026	30/06/2025
Rendimento de aplicações financeiras	444	574
Total das receitas financeiras	444	574
Juros	(8.212)	(6.951)
Despesas financeiras	(104)	(84)
Custos de Transação	(299)	(303)
Outras despesas	(46)	(77)
Total das despesas financeiras	(8.661)	(7.416)
Resultado financeiro líquido	(8.217)	(6.842)

23. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025.

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	30/06/2026	30/06/2025
Básico		
Resultado do período	(5.317)	(1.345)
Número de ações durante o período (milhares)	131.117	68.266
Prejuízo por ação – básico	(0,04)	(0,02)
Diluído		
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo por ação	(5.317)	(1.345)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo por ações (milhares)	131.117	68.266
Prejuízo por ação – diluído	(0,04)	(0,02)

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- Fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias;
- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	2.630	-
Aplicações financeiras vinculadas	5.153	-
Operações a receber	4.695	-
Outras contas a receber	1.157	-
Passivos		
Debêntures	-	(104.165)
Fornecedores	-	(48.129)
Outras contas a pagar	-	(977)
Total	13.635	(153.271)

Riscos de mercado

Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic; e os encargos financeiros das debêntures estão vinculados ao IPCA.

Em 30 de junho de 2026, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI e ao IPCA.

Análise de sensibilidade

Indicadores	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	14,77%	18,46%	11,08%	22,16%
Receitas de aplicações financeiras	764	955	573	1.146
IPCA	5,02%	6,28%	3,77%	7,53%
Debêntures	(5.366)	(6.708)	(4.025)	(8.049)
Juros a incorrer (i)	(5.366)	(6.708)	(4.025)	(8.049)
Juros a Incorrer Líquido das receitas de Aplicações financeiras	(4.602)	(5.753)	(3.452)	(6.903)

(i) Referente ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses. Fontes: IPCA projetado, Boletim Focus; CDI - <https://www.debit.com.br/tabelas/cdi>.

Exposição a riscos de créditos

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia não receber os valores devidos por terceiros, principalmente aqueles relacionados às operações de arrecadação de pedágio eletrônico e aos créditos mantidos junto a instituições financeiras provenientes de aplicações financeiras e demais instrumentos financeiros.

A Companhia entende que essa exposição é baixa, mas não inexistente. Para mitigá-la, realiza acompanhamento sistemático da posição patrimonial e financeira das operadoras de meios de pagamento eletrônico de pedágio, bem como o monitoramento periódico dos respectivos saldos a receber e eventuais atrasos.

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia mantém política conservadora, aplicando recursos exclusivamente em instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito, observando limites internos de exposição por contraparte e revisões periódicas de risco.

Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

25. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia – contrato de concessão	De junho de 2026 a junho de 2027	26.761
Riscos operacionais	De junho de 2026 a junho de 2027	470.458
D&O	De julho de 2026 a julho de 2027	5.000
Responsabilidade civil	De junho de 2026 a junho de 2027	5.566
Risco de engenharia	De junho de 2026 a dezembro de 2027	51.115

As coberturas de seguros, dos veículos frota própria são 100% tabela FIPE e para terceiros a cobertura limite é R\$ 1.000. Já a apólice de seguro de vida dos empregados e administradores, tem a cobertura de 30x o salário, sendo o teto de R\$ 1.300.

26. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: seguro de vida, plano de saúde, auxílio creche e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

27. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

* * *